

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA OS/AS AGRICULTORES/AS
FAMILIARES: UM DIÁLOGO ENTRE A FETRAF-SUL/CUT E O ESTADO**

CELSO FRANCISCO TONDIN

ORIENTADOR: Prof. Dr. Nedio Antonio Seminotti

Tese de Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração em Psicologia Social.

**Porto Alegre
Janeiro, 2013**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	28
2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA	28
2.2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	34
2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E A QUESTÃO DA TERRA	45
2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O DIREITO À EDUCAÇÃO	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	66
3.1 A PESQUISA NOS ESTUDOS CULTURAIS	69
3.2 PESQUISA DOCUMENTAL.....	72
3.3 ANÁLISE DO DISCURSO	78
4 O TEMA DA EDUCAÇÃO NA PAUTA DE AÇÃO DA FETRAF-SUL/CUT	89
4.1 PROJETO TERRA SOLIDÁRIA	91
4.2 OS CONGRESSOS DA FETRAF-SUL/CUT	97
4.2.1 II Congresso da Fetraf-Sul/CUT – 2007.....	98
4.2.1.1 Análise de conjuntura do período anterior ao Congresso - 2003 a 2006.....	98
4.2.1.2 O balanço referente às políticas públicas em geral e, especificamente, de educação do período anterior - 2003 a 2006	100
4.2.1.3 Expectativas em relação ao segundo mandato do Presidente Lula - 2007 a 2010.....	103
4.2.1.4 Ações no campo da educação e formação para o período seguinte - 2007 a 2010....	107
4.2.2 III Congresso da Fetraf-Sul/CUT - 2010	110
4.2.2.1 Análise de conjuntura do período anterior ao Congresso - 2007 a 2009.....	111
4.2.2.2 O balanço referente às políticas públicas em geral e, especificamente, de educação do período anterior - 2007 a 2009	113
4.2.2.3 Desafios colocados no período que continuam renovados.....	115
4.2.2.4 Reivindicações referentes à assistência técnica e educação/capacitação profissional para o período seguinte - 2010-2013	117
5 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O CAMPO ...	122

5.1 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	123
5.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	130
5.3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	133
5.4 DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO.....	145
5.5 PROGRAMA PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA	146
6 UM DIÁLOGO ENTRE AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DA FETRAF-SUL/CUT E DO ESTADO.....	161
6.1 IDENTIDADE, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO ESCOLAR	162
6.2 ESTABILIDADE, DESESTABILIDADE E HIBRIDIZAÇÃO DA IDENTIDADE DO/A AGRICULTOR/A FAMILIAR NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO SOBRE A EMANCIPAÇÃO DELE/A.....	169
6.3 O CARÁTER SINDICAL DA FETRAF-SUL/CUT E A QUESTÃO DA TERRA COMO ELEMENTOS MEDIADORES NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO JUNTO AO ESTADO	174
6.4 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES	185
6.5 O CONCEITO DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO DA FETRAF-SUL/CUT E SUA RELAÇÃO COM A “MULTIFUNCIONALIDADE” E A “PLURIATIVIDADE” DA AGRICULTURA FAMILIAR	195
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	218
ANEXO A - OFÍCIO Nº 094/2010 DA COMISSÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE PSICOLOGIA DA PUCRS	229

RESUMO

A agricultura familiar brasileira tem recebido uma atenção cada vez maior, especialmente a partir de 2002, com os governos dos/as presidentes/as Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Vana Rousseff, ambos do PT. A importância dada a este setor redundou na promulgação da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, as quais preveem que o planejamento e a execução das ações públicas para este segmento devem compatibilizar diversas áreas, entre elas a educação. Esta lei foi formulada com a participação dos movimentos sociais, entre eles a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT). Nesse âmbito, tomar as políticas públicas de educação como objeto de estudo é de suma relevância para o Estado e a sociedade brasileira e demonstra o compromisso da ciência psicológica em acompanhar, problematizar e contribuir para o desenvolvimento de políticas voltadas à cidadania, neste caso de um segmento historicamente excluído, os/as agricultores/as familiares. Assim, a presente tese visa conhecer as concepções de educação presentes nas políticas públicas vigentes nesta área e que estão voltadas às famílias agricultoras, identificando em que aspectos as concepções da Fetraf-Sul/CUT e do Estado convergem ou divergem. Para tal, busca descrever e problematizar como estes atores (Fetraf-Sul/CUT e Estado) concebem tais políticas e como dialogam entre si, analisando que famílias são produzidas por meio das proposições de desenvolvimento do meio rural. O método utilizado neste estudo foi a pesquisa documental, constituindo-se como *corpus* os documentos vigentes que foram produzidos pelos referidos atores acerca do tema educação. As informações foram tratadas a partir da Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough com o aporte conceitual dos Estudos Culturais, da Esquizoanálise e de construtos das ciências humanas acerca de estudos sobre a realidade do meio rural, possibilitando a problematização das referidas políticas como práticas culturais que podem ser investigadas de um ponto de vista cultural e pelo trabalho que elas fazem subjetivamente. Nesse sentido, constatamos que a Fetraf-Sul/CUT e o Estado partem de uma premissa de que a “escola rural”, atrelada que é ao modelo urbano, não atende as necessidades e interesses dos sujeitos que vivem no campo, por isso há a necessidade de uma “escola do campo”. A Fetraf-Sul/CUT, marcada pela opção ideológica do socialismo e por características sindicais e classistas, concebe a educação como formação política e sindical para a atuação dos/as agricultores/as familiares nas lutas empreendidas pela entidade, pretendendo reproduzir a identidade do “ser agricultor/a familiar” e “ser cutista” e reverter a tendência de apagamento da cultura camponesa. Da sua parte, o Estado promulga atender as necessidades não apenas dos povos do campo, mas também das águas e das florestas, denominando-os de “diversidade das populações rurais”. Porém, Estado e Fetraf-Sul/CUT concordam que a agricultura familiar é importante para a construção de um projeto alternativo ao do agronegócio, o projeto do desenvolvimento sustentável e solidário, de base agroecológica e com enfoque territorial, embora a Fetraf-Sul/CUT explicita claramente a questão da disputa pela terra enquanto o Estado se restrinja a criticar o capitalismo sem abordar diretamente a questão agrária. Ambos atores pregam que a educação deva ser emancipatória ao mesmo tempo que afirmam que seu objetivo *a priori* deva ser a manutenção das famílias no meio rural, estabilizando sua identidade. Por isso, propomos pensar a emancipação não como uma estabilidade cultural, mas como devir que instaura várias possibilidades. Assim, as políticas públicas poderiam se ocupar de, em vez de apenas manter estas famílias no meio rural, favorecer o trânsito delas do campo para a cidade e da cidade para o campo, ou seja, possibilitar trajetórias singulares para cada família e para cada um/a de seus membros.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, psicologia e educação, educação do campo, estudos culturais.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Subárea conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

ABSTRACT

The Brazilian family farming has received increasing attention, particularly from 2002 onwards, with the governments of the presidents Luiz Inácio Lula da Silva (PT) and Dilma Vana Rousseff, both the PT. The importance given to this sector resulted in the enactment of Law nº 11.326/2006 laying down guidelines for the formulation of the National Policy Family Farming and Rural Family Ventures, which predict that the planning and execution of public actions for this segment should match several areas, including education. This law was formulated with the participation of social movements, including the Federation of Workers in Family Agriculture Southern Region (Fetraf-Sul/CUT). In this context, take the education public policies as an object of study is a paramount importance for the state and Brazilian society and demonstrates the psychological science commitment to monitor, discuss and contribute to the policies development to citizenship, in this case a historically excluded segment, the/the farmers/the family. Thus, this thesis aims to identify the education concepts of public policies in force in this area and are aimed at farming families, identifying in which aspects the state and Fetraf-Sul/CUT concepts converge or diverge. For this, it seeks to describe and discuss how these actors (State and Fetraf-Sul/CUT) conceive such policies and how dialogue with each other, considering that families are produced by means of the proposals development in rural areas. The method used in this study was to documentary research, constituting its corpus current documents that were produced by these actors on the topic education. The information was processed from the Critical Discourse Analysis proposed by Fairclough with the conceptual contribution of Cultural Studies, the Schizoanalysis and the humanities studies constructs about the reality of the countryside, enabling the questioning of such policies as cultural practices that can be investigated from a cultural point of view and the task that they do subjectively. Accordingly, we found that the State Fetraf-Sul/CUT and State based on the premise that “rural schools”, which is linked to the urban model, does not meet the individuals needs and interests who live in the countryside, so there is a need a “field school”. The Fetraf-Sul/CUT, marked by ideological choice of socialism and class-union characteristics, sees education as training for political and trade union activities of/ the farmers/families in the struggles undertaken by the entity, intending to propagate a identity to “be a the family farmer” and “be *cutista*” and reverse the tendency of deletion of peasant culture. For its part, the state promulgates attend the needs not only of the countryside people, but also water and forests, calling them “diversity of rural populations”. Nevertheless, State and Fetraf-Sul/CUT agree that family farming is important for the construction of an alternative project to agribusiness, the sustainable development and solidarity project, agroecological base and territorial approach, although Fetraf-Sul/CUT explain clearly the issue of dispute over land while the state is limited to criticize capitalism without directly approaching the land question. Both actors preach that education should be liberating at the same time claiming that its goal is to be a priori to keep families in rural areas, stabilizing their identity. Therefore, we propose to think emancipation not as a cultural stability, but as a becoming establishes several possibilities. Thus, public policies could engage in, rather than just maintain these families in rural areas, befriend them transit from farm to city and town to the countryside, in other words, allow natural trajectories for each family and for each/a of their members.

Keywords: public policy, family farming, psychology and education, rural education, cultural studies.

Area classification as CNPq: 7.07.00.00-1 - Psychology

Subarea as CNPq classification: 7.07.05.00-3 - Social Psychology

1 INTRODUÇÃO

Esta tese parte de duas constatações fundamentais da conjuntura brasileira no que se refere às políticas públicas voltadas aos/às agricultores/as familiares.

Primeiro, é evidente que de 2002 em diante o governo federal, primeiramente sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, em seguida, com Dilma Vana Rousseff (PT), tem aumentado consideravelmente os investimentos na agricultura familiar. Os números do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) comprovam esta afirmação: na safra de 2002/2003 foram R\$ 2,4 bilhões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010) e, para o Plano Safra 2012/2013, o total de recursos previstos é R\$ 22,3 bilhões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012), o que representa um aumento de 1.076% de recursos públicos investidos no financiamento de diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

No Plano Safra 2012/2013, recém anunciado pelo MDA, estes recursos “[...] envolvem a ampliação de crédito, de serviços de assistência técnica e extensão rural, da cobertura de renda e da garantia de preços e de comercialização.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012). Além disso, o Plano “[...] tem como prioridade o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a juventude do meio rural.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012). E, mais ainda, articula-se, via atuação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ao Plano Brasil Sem Miséria, por meio do “[...] fomento não-reembolsável a famílias em situação de extrema pobreza no meio rural [...]” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012), sendo que “[...] todos os projetos são acompanhados por agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater), que zelam pelo bom andamento das atividades, garantindo maior produtividade e renda para as famílias.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

A importância dada à agricultura familiar redundou na promulgação da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), determinando que, para atingir seus objetivos, esta política deve planejar e executar ações que compatibilizem, entre outras, as áreas de assistência técnica e extensão rural, habitação, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização, baseadas nos princípios da descentralização, da sustentabilidade, da equidade e da participação dos agricultores familiares na formulação e implementação desta política.

O MDA afirma que a promulgação desta lei selou um momento histórico para as políticas de agricultura familiar, porque expressa que “[...] o governo federal e os movimentos sociais construíram uma rede de políticas voltadas a este segmento.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009). Portanto, há uma proposta governamental de integração das políticas públicas dirigidas aos/às agricultores/as familiares que tem a intenção de tornar-se efetiva e contribuir para a melhoria das condições de vida destas famílias. Percebe-se também, que o governo entende que houve participação dos movimentos sociais do campo na formulação desta política, o que de certa forma é inédito no cenário político nacional, visto que historicamente Estado e movimentos sociais, na disputa política e ideológica, muito mais têm se confrontado e distanciado do que se aproximado e feito acordos.

Aqui cabe citar que, um dos atores políticos que faz parte deste processo de lutas por políticas públicas voltadas aos/às agricultores/as familiares, é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT), uma entidade sindical que atua como movimento social de defesa dos interesses das famílias agricultoras, a partir da realidade específica dos estados sulistas, mas com articulação nacional junto a Fetraf. A Fetraf-Sul/CUT organiza as demandas das famílias agricultoras e pressiona o Estado visando à ampliação das políticas públicas para este segmento, a partir das bandeiras de luta da agricultura familiar, da soberania alimentar e de um projeto sustentável e solidário.

A presente pesquisa envolverá o estudo dos documentos desta entidade e os documentos oficiais das políticas públicas de educação, sendo os motivos de tal escolha apresentados na parte três, que trata dos procedimentos metodológicos. Porém, convém citar que existem outras entidades de âmbito nacional que também defendem os interesses dos agricultores familiares, a saber: Confederação Nacional da Agricultura (Contag), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da Via Campesina do Brasil, que é, segundo Guzmán e Molina (2005), “[...] uma articulação brasileira formada pelos referidos MPA, MST, MAB, MMC, além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) que se organiza com a Via Campesina internacional.” (p. 7).

Em segundo lugar, é incontestável a importância da agricultura familiar para a economia e para a produção de alimentos no Brasil. Dados do Censo¹ Agropecuário de 2006 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010), que é o levantamento mais recente, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009 (chama a atenção, além do fato dos dados serem relativamente antigos em relação aos dados do meio urbano, que são atualizados mais frequentemente, a demora na sua divulgação), comprovam esta afirmação: existem 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros; a agricultura familiar ocupa apenas 24,3% da área total destinada à produção, mas responde por 38% da renda bruta gerada no campo (o denominado Valor Bruto da Produção Agropecuária); a agricultura familiar ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no meio rural (12,3 milhões de pessoas). Estes dados levam à conclusão de que a agricultura familiar é mais produtiva que a agricultura patronal. “O Censo aponta que a renda gerada por hectare pela agricultura familiar é de R\$ 667,00, contra R\$ 358,00 da agricultura patronal” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 19). O Censo aponta mais ainda: “A agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 19), pois ela responde pela produção brasileira de 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 30% de suínos e 50% de aves (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

A respeito deste cenário, em que se constatam avanços importantes em termos de políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, é preciso dizer que os movimentos sociais apresentam análises que concordam com os ganhos políticos alcançados ao mesmo tempo em que criticam a prioridade que continua sendo dada ao agronegócio. Exemplo claro disso pode ser encontrado em um informativo da Fetraf-Sul/CUT, de janeiro de 2012, que afirma que nos dez anos de existência da entidade, completados em 2011 “[...] só temos que comemorar, sobretudo a dignidade e condições de renda e de vida do agricultor familiar, que tem cada vez mais recursos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.” (FETRAF-SUL/CUT, 2012, p. 1). Especificamente em relação a 2011, é referido que houve um acordo com o governo quanto ao tema “endividamento na agricultura familiar” - um dos pontos que se pode perceber como um dos mais problemáticos na realidade desta população - que “[...] trouxe

¹ “Os censos demográficos produzem informações que permitem conhecer a distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios, e acompanhar sua evolução ao longo do tempo, sendo imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo.” (CENSO..., 2010).

alívio para muitas famílias que enfrentavam dificuldades.” (FETRAF-SUL/CUT, 2012, p. 1). Também é citado o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida 2, que ampliou a faixa de enquadramento de renda familiar de R\$ 10 mil para R\$ 15 mil e a possibilidade de utilizar recursos não apenas para moradias novas, mas também para reformas.

Por outro lado, a mesma entidade tece severas críticas à prioridade que o Estado ainda dá à denominada agricultura patronal ou agronegócio². No documento base do 3º Congresso da Fetraf-Sul/CUT, ocorrido em 2010, há várias afirmações que apontam para esta direção: apesar do aumento de investimentos na agricultura familiar, é o agronegócio quem ainda absorve a grande maioria dos recursos disponibilizados para a economia do meio rural (FETRAF-SUL/CUT, 2010). Em uma análise crítica, pode-se relacionar isso ao fato de que a agricultura patronal é vista como aquela que apresenta questões de ordem econômica ao passo que a agricultura familiar pauta questões de ordem social. Nesse sentido, infelizmente o governo brasileiro parece trabalhar ainda com uma lógica de que o econômico prepondera sobre o social, diferentemente do que nos parece ocorrer na União Europeia (EU), por exemplo, onde a agricultura familiar é mantida pelo fato de ser base da estrutura agrária, como nos assinala Nascimento (2007), recorrendo à literatura daquele continente. Nossa afirmação em relação ao Brasil se traduz em termos dos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado que incentivam mais o econômico do que o social, embora os programas sociais tenham recebido atenção cada vez maior. Exemplo disso é o Plano Brasil Sem Miséria, cujo objetivo é “[...] elevar a renda e as condições de bem-estar da população.” (BRASIL, 2011). A estratégia deste plano é que: “As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.” (BRASIL, 2011).

Essa afirmação de que a dimensão econômica prepondera sobre a social fica confirmada quando se assiste às recentes (e repetidas) decisões governamentais que pretendem aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) do ano corrente, sempre apostando nos mesmos setores, ambos industriais: automobilístico e produtos da “linha branca”. Nessa direção, pode-se apontar o pacote anunciado pelo governo no dia 27 de junho de 2012, que previa a compra de máquinas agrícolas, tendo sido projetada a aquisição de oito mil caminhões para ações em municípios afetados pela seca (PACOTE..., 2012). Em nenhum momento, por exemplo, a agricultura familiar é considerada um setor estratégico e “digno” de receber os mesmos generosos incentivos fiscais oferecidos aos citados setores da indústria. Ou

² Em publicações acadêmicas é comum se encontrar o mesmo termo, porém em inglês, ou seja, *agrobusiness*.

seja, a agricultura familiar recebe muito mais um olhar dos setores governamentais afetos a questões sociais (e isso é louvável) do que aqueles responsáveis pelas questões econômicas. Confirma isso o fato de que o agronegócio é tratado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujos recursos disponíveis são maiores e que recebe uma atenção “econômica”, enquanto que a agricultura familiar é tratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem bem menos recursos do que o MAPA e que executa uma atenção “social”. Em uma análise sobre esta realidade, Sabourin (2007) afirma: “Ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídos segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal.” (p. 716).

Especificamente em relação às políticas públicas de educação, tem-se no período recente, marcos fundamentais que buscam resgatar o que comumente se denomina de “dívida histórica” do Estado brasileiro, não apenas com as famílias agricultoras, mas com os povos do campo em geral, como o lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), no dia 20 de março de 2012, pela presidenta da República e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

Na ocasião, Dilma afirmou: “Nós estamos apostando que uma nova geração vai se beneficiar de tudo que fazemos nesta, mudando a feição do campo brasileiro e garantindo que ele será um lugar digno e de qualidade para se morar e se criar os filhos.” (GERAÇÕES..., 2012). Salienta-se que este programa visa “[...] estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.” (PROGRAMA..., 2012).

Este quadro político, econômico e social coloca a agricultura familiar na agenda das políticas públicas brasileiras e desafia o meio acadêmico a promover estudos que coloquem em questão um dos cerne das mesmas: **concepções de educação presentes nas políticas públicas vigentes nesta área e que estão voltadas às famílias agricultoras.**

Para definir quem é o/a agricultor/a familiar, por ora tomamos como base a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, instituída pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que no artigo 3º o/a define como aquele indivíduo que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de não possuir área maior do que quatro módulos fiscais³ (o tamanho deste varia de município para município,

³ Módulo fiscal é a “[...] unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante;

sendo cinco o menor e 100 o maior módulo rural existente no país, medidas estas que correspondem a hectares, ou seja, de cinco a 100 hectares), de utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento, de ele próprio dirigir seu estabelecimento e de que sua renda familiar seja predominantemente originada destas atividades (BRASIL, 2006). A medida do módulo fiscal leva em conta a quantidade de terra que uma família precisa, em determinado município, para produzir alimentos e sobreviver. Cabe, por ora, explicitar que este conceito de agricultor/a familiar não leva em conta a pluriatividade da agricultura familiar, conforme trabalharemos na parte seis desta tese.

Tomar as políticas públicas de educação como objeto de estudo é de suma relevância para o Estado e a sociedade brasileira e demonstra o compromisso da ciência psicológica em acompanhar, problematizar e contribuir para o desenvolvimento de políticas voltadas à cidadania, neste caso de um segmento historicamente excluído, os/as agricultores/as familiares. Por isso, questionamos: como o Estado e a Fetraf/Sul-CUT concebem as políticas públicas de educação voltadas às famílias agricultoras? Como as concepções de educação presentes nos documentos da Fetraf-Sul/CUT dialogam com as concepções presentes nos documentos oficiais das políticas públicas de educação? Que dimensões da família são consideradas pelas políticas públicas de educação e que famílias são produzidas por meio das proposições de desenvolvimento do meio rural veiculadas por estas políticas?

Encontramo-nos em um momento em que governo federal e movimentos sociais têm dialogado e as políticas públicas têm procurado atender as necessidades das famílias agricultoras, mas questionamos algo que nos parece pertinente. Nosso questionamento refere-se à inquietação de buscar saber quais as concepções de educação presentes nas políticas públicas desta área que são dirigidas às famílias agricultoras. Dadas as necessidades econômicas inquestionáveis destas famílias e à tradição governamental de atendê-las unicamente por oferta de crédito para a produção econômica (quando os governos assim o fizeram), parece-nos haver, num exame preliminar, uma prevalência de um viés economicista na atenção pública. Nos dois últimos e no atual governo como apontado, as famílias agricultoras entram na agenda governamental e esta atenção começa a ter outros contornos,

outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar. [...] Serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 [, sendo] Pequena Propriedade: o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais).” (DEPARTAMENTO SINDICAL/FAEC, s. d.).

como é o caso de programas habitacionais, educacionais e de acesso à energia elétrica, mas parece que a família é enfaticamente concebida como uma unidade homogênea voltada à produção econômica, uma unidade estritamente produtiva, de estrutura tradicional, e não como configuração múltipla e diversa, com necessidades outras. Dessa forma, temos como problema de pesquisa: **como é concebida pelas políticas públicas a educação voltada às famílias agricultoras e em que pontos as concepções da Fetraf-Sul/CUT e do Estado convergem ou divergem?**

Como **objetivo geral** estabelecemos: conhecer as concepções de educação presentes nas políticas públicas vigentes nesta área e que estão voltadas às famílias agricultoras, identificando em que aspectos as concepções da Fetraf-Sul/CUT e do Estado convergem ou divergem.

Como **objetivos específicos** definimos:

- descrever como a Fetraf-Sul/CUT concebe as políticas públicas de educação voltadas aos/às agricultores/as familiares;

- descrever as políticas públicas de educação voltadas às famílias agricultoras, compreendendo as concepções nelas presentes;

- compreender como as concepções de educação presentes nos documentos da Fetraf-Sul/CUT dialogam com as concepções presentes nos documentos oficiais das políticas públicas de educação e

- problematizar as políticas públicas voltadas aos/às agricultores/as familiares, analisando que famílias são produzidas por meio das proposições de desenvolvimento do meio rural.

Consideramos que os Estudos Culturais possam contribuir para a discussão do problema levantado, visto que eles atribuem à cultura um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica (ESCOSTEGUY, 2004). Por colocar a centralidade da cultura nas questões ligadas à regulação social, à moralidade e ao governo da conduta social, estes estudos colocam em pauta a relação entre cultura e poder. Consideramos pertinente esta escolha teórica porque nossa pesquisa sobre as políticas públicas incidirá na relação entre famílias agricultoras, cultura e poder. Mais ainda se faz pertinente nossa escolha quando vemos a proximidade deste campo de estudos com a constituição de subjetividade, conceito afeto e caro à Psicologia e às disciplinas do conhecimento com os quais esta ciência tem dialogado. Sobre a subjetividade, Johnson (2004), mesmo alertando para o perigo de uma leitura reducionista, afirma que “[...] os Estudos Culturais dizem respeito às formas históricas

da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, [...] dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais.” (p. 25).

Hall (1997) constata que as questões culturais têm estado cada vez mais presentes na discussão sobre as políticas públicas. Com base nesta evidência, nossa avaliação é de que a proposta de políticas públicas de educação integradas às demais políticas sociais e econômicas é fundamental para que sejam criadas as condições para a permanência dos/as agricultores/as familiares no meio rural, mas consideramos relevante investigar como o Estado tem proposto estas políticas.

Compreendemos que a Esquizoanálise também pode contribuir para pensar nosso objeto de estudo, visto que, como bem destacou Pelbart (2009), no pós-fordismo, num contexto do capitalismo dito “cultural” ou “pós-moderno”, a dimensão cultural passou a ter uma centralidade que não tinha até então. “As relações entre cultura e política foram totalmente redesenhadas [...] [a partir do que] a subjetividade aparece cada vez mais no cerne de uma economia dita ‘imaterial’, a própria ‘vida’ está no núcleo de uma era dita ‘biopolítica’.” (p. 131). Continua o mesmo autor:

Nesse contexto, a relação entre política, cultura, subjetividade e vida deve ser repensada de maneira mais “concreta” possível, isto é, no interior de uma revolução tecnológica e produtiva das últimas décadas, com os efeitos sociais e afetivos correspondentes e, segundo as linhas de força que essa configuração libera. (p. 131).

Os referenciais teóricos elencados têm em comum a proposição de pensar as relações entre a política, o cultural e a subjetividade no que tange o objeto de estudo da presente pesquisa.

Esta tese está estruturada da seguinte forma. Nesta primeira parte, apresentamos o tema, o problema, os objetivos e o método da presente pesquisa, bem como os referenciais em torno dos quais discutiremos as concepções de políticas públicas voltadas aos/às agricultores/as familiares presentes nos documentos da Fetraf-Sul/CUT e do Estado.

Na segunda parte, intitulado políticas públicas e movimentos sociais, discorreremos sobre o processo histórico, a partir da constituição do capitalismo, por meio do qual os problemas sociais transformam-se objeto das políticas públicas, que procuram atender as necessidades dos trabalhadores e garantir a reprodução do sistema. Para tal, a partir da perspectiva crítico-dialética, faremos um resgate histórico da constituição das políticas sociais nos países que alcançaram o Estado do bem-estar social. Neste processo, destacaremos a participação dos movimentos sociais como propulsores da conquista de políticas públicas e,

de acordo com o tema dessa pesquisa, os movimentos sociais do campo e especificamente da educação, a “articulação nacional Por Uma Educação do Campo” e o Fórum Nacional de Educação do Campo, que se constituíram no Brasil. Esta parte tem caráter contextual, isto é, objetiva oferecer elementos que tornem compreensíveis as informações que serão apresentadas e discutidas nas partes seguintes.

Na terceira parte trataremos dos procedimentos metodológicos, iniciando pela explicitação das implicações do pesquisador no processo de elaboração desta pesquisa. Em seguida, discutiremos acerca da construção do conhecimento a partir do que propõe o campo dos Estudos Culturais, para então abordar o método utilizado neste estudo, a pesquisa documental, apresentando os critérios de constituição do *corpus* da pesquisa e os documentos de dois atores políticos, a Fetraf-Sul/CUT e o Estado brasileiro, que interatuam na constituição nas políticas públicas de educação voltadas aos/às agricultores/as familiares. Por fim, abordaremos a Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2008), que nos auxiliará a analisar e problematizar as concepções de educação presentes nessas políticas.

Na quarta parte apresentaremos as informações provenientes dos documentos da Fetraf-Sul/CUT, demonstrando que a entidade, a partir da concepção da Educação Popular de Paulo Freire, tem demandado do Estado brasileiro políticas públicas de educação que fortaleçam a agricultura familiar, concebendo a educação como estratégica e a agricultura familiar como eixo central no processo de construção de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário”. Concebe também a educação como formação política e sindical para a atuação dos/as agricultores/as familiares nas lutas empreendidas pela entidade.

Na quinta parte apresentaremos as informações provenientes dos documentos do Estado brasileiro que tratam das políticas públicas de educação dirigidas aos/às agricultores/as familiares, demonstrando que eles preveem o atendimento às especificidades da população rural e que assumem a perspectiva da Educação do Campo propagada pela “articulação nacional Por Uma Educação do Campo”.

Na sexta parte os documentos da Fetraf-Sul/CUT e do Estado são discutidos na interrelação propiciada pela dinâmica da disputa ideológica entre Estado liberal e movimento social popular, representado pela citada entidade. Nessa discussão, o aporte dos Estudos Culturais, da Esquizoanálise e de conceitos construídos pelas ciências humanas em estudos sobre a realidade do meio rural, proporcionam ferramentais conceituais que possibilitam a problematização das políticas públicas de educação voltadas à agricultura familiar como

práticas culturais que podem ser investigadas de um ponto de vista cultural e pelo trabalho que elas fazem subjetivamente.

Na sétima e última parte constam as considerações finais, nas quais destacamos os principais resultados da pesquisa, os desafios encontrados na sua execução, considerações sobre o objeto de estudo a partir da Psicologia e apontamentos para futuras pesquisas com o tema das políticas públicas de educação e agricultura familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa aceitou o desafio contemporâneo de estudar as concepções de educação presentes nas políticas públicas vigentes nesta área e que estão voltadas às famílias agricultoras. Fazer isto a partir de uma pesquisa documental constituiu-se num desafio, pois como nos pondera Deleuze (1992): “O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história.” (p. 210). Assim, à medida que nos propusemos a remontar a história das políticas de educação na sua relação com a agricultura familiar, por meio dos documentos da Fetraf-Sul/CUT e do Estado, dispomo-nos a não reificar concepções, mas por em análise os dados, na perspectiva de que o conhecimento não é revelado pelo pesquisador, mas produzido no próprio ato de pesquisar. E, como potência, este ato pode ser uma intervenção na sociedade, ou seja, nossas colocações podem fomentar processos singulares que venham a contribuir para a construção de alternativas de existência a este segmento populacional, favorecendo modos de viver que não os determinados pelo capitalismo que, na realidade destes sujeitos, é representado pelo agronegócio (também denominado de agricultura patronal). E é justamente contra ele que a Fetraf-Sul/CUT se põe em ação.

Neste estudo, constatamos que a referida entidade e o Estado partem de uma premissa de que a “escola rural”, atrelada que é ao modelo urbano, não atende as necessidades e interesses dos sujeitos que vivem no campo, entre eles os/as agricultores/as familiares, a ponto de um dos efeitos deste processo se constituir no fato de que crianças e jovens não têm se identificado com o meio rural e muitas vezes nem sequer projetam seu futuro neste contexto, o que continua alimentando o êxodo do campo para a cidade. Por isso, pesquisadores da Educação do Campo, organizados politicamente em conjunto com os movimentos sociais e também com entidades como a Fetraf-Sul/CUT, fazem a crítica à “escola rural” e a reivindicação de uma “escola do campo”, visando incidir sobre as políticas públicas e sobre a estrutura do Estado, o que tem sido fundamental para chamar a atenção para o fato de que, a despeito da legislação, o Estado não tem contemplado historicamente as especificidades da educação desses povos. Reconhecemos assim, que, por mais que se critique por inúmeros motivos a atuação destes movimentos, eles têm cumprido o papel político de colocar em pauta na sociedade brasileira a necessidade deste segmento populacional de conquistar legislação específica para a educação do campo, de pressionar o Estado para o cumprimento do legalmente previsto e de exigir da academia a produção de conhecimento que contemple esta realidade.

Nos documentos da Fetraf-Sul constata-se a afirmação da identidade do/a agricultor/a familiar como categoria jurídica e política alvo de uma dívida histórica do poder público no que tange a vários direitos, inclusive o da educação. Já nos documentos do Estado a identidade afirmada é a da “escola do campo”, que deve atender as necessidades não apenas dos povos do campo – entre eles os agricultores familiares –, mas também das águas e das florestas, ou seja, da grande “diversidade das populações rurais”. Porém, ambos concordam que a agricultura familiar é importante para a construção de um projeto alternativo ao do agronegócio, o projeto do desenvolvimento sustentável e solidário, de base agroecológica e com enfoque territorial, embora a Fetraf-Sul/CUT explicitamente a questão da disputa pela terra enquanto o Estado se restrinja a criticar o capitalismo sem tocar diretamente na questão agrária, que é o problema mais delicado no meio rural.

Em nossa análise, ponderamos que a concepção de formação da Fetraf-Sul/CUT apresenta fortes características sindicais e classistas e é permeada pela opção ideológica do socialismo. Disso decorre que a entidade realiza ações formativas que pretendem visibilizar e reproduzir a identidade do “ser agricultor/a familiar” e “ser cutista”. Por isso, a formação visa capacitar estas pessoas para a ação sindical e política, que busca a “unidade na diversidade”, unidade que é garantida pelos princípios da política de formação da CUT e a diversidade pela consideração das especificidades regionais. Esta concepção é estendida à educação escolar, que deve atuar no sentido de promover a cultura camponesa, revertendo a tendência do seu apagamento que é fruto inclusive das políticas de nuclearização das escolas rurais no meio urbano, que o próprio Estado pondera como medida que não deve ser generalizada, justamente para não produzir este efeito negativo na vida das comunidades rurais. A visão classista da entidade fica ainda mais evidente na ideia de que, além da educação promovida pela escola, é necessário investir na educação do conjunto da população como unificação dos diversos segmentos de trabalhadores/as para a resolução dos problemas da maioria da população, evidenciando o discurso ideológico de que a educação deve atuar como instrumento de transformação social.

Os aportes dos Estudos Culturais possibilitaram pensar acerca do posicionamento da Fetraf-Sul/CUT de que a educação deve atuar no resgate e preservação da identidade dos/as agricultores/as familiares como uma das “populações tradicionais” do campo, que são compostas por “diversas identidades coletivas”. Estes estudos permitem considerar sim os/as agricultores/as familiares como marginalizados/as pelo discurso hegemônico do agronegócio e por um Estado constituído com base nos interesses capitalistas, mas também possibilitam que subvertamos da lógica de troca de uma hegemonia por outra (do agronegócio para

agricultura familiar). Nesse debate, enfatizamos que a Fetraf-Sul/CUT tem reivindicado do Estado atenção prioritária e não exclusiva para a agricultura familiar, mas questionamos, no entanto, se é possível que o agronegócio exista sem que seja de modo hegemônico. Afinal, como afirma Deleuze (1992), no campo da Esquizoanálise, ao falar do projeto de “filosofia política” que desenvolveu, boa parte dele, de forma conjunta com Guattari: “O que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não pára de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital.” (p. 212). Portanto, haverá limites para o agronegócio? As recentes repercussões acerca dos vetos da Presidenta Dilma Vana Rousseff (PT), a itens de interesses deste setor econômico no novo Código Florestal é uma demonstração de que a resposta a esta pergunta é certamente, não.

Além de problematizar ideias que levem ao fomento da agricultura familiar como uma nova hegemonia e, desse modo, também da identidade do/a agricultor/a familiar como tal, os Estudos Culturais contribuem, a partir da formulação de que a diferença é um derivado da identidade, para a explicitação das relações de poder que as constituem (identidade e diferença), em uma lógica binária e, portanto, excludente, como nos ensina Veiga-Neto (2000). Ou seja, a diferença se constitui em processos de exclusão, o que nos leva a concordar com a crítica de que o discurso do multiculturalismo de exaltação da diversidade – bastante presente nas discussões acerca dos currículos escolares que se pretendem inclusivos, como os da “escola do campo” – tem um severo limite, pois não enfrenta e nem desconstrói a ideia de que, na perspectiva desta abordagem teórica (do multiculturalismo), a identidade se mantém como parâmetro ao qual a diferença continua a se referir, embora agora com o estatuto de poder existir, diferentemente de antes que estava fadada à morte simbólica o real (lembremo-nos dos inúmeros assassinatos ocorridos nos conflitos do campo).

No caso dos sujeitos do campo, isso se torna evidente na retórica da mera apologia das suas identidades como diversidade, sem que este discurso seja acompanhado das necessárias mudanças nas condições de oferta da educação e de outras políticas sociais e econômicas que transformem efetivamente as relações de poder existentes e, portanto, as relações de produção. Por isso, é de considerar a potência do discurso da Fetraf-Sul/CUT a favor de uma educação comprometida com a questão da terra e com outro desenvolvimento rural, com a correspondente e necessária mudança da estrutura estatal, inclusive no que tange à implementação de uma “nova” política de assistência técnica e de extensão rural, que articule o poder público e as organizações sociais.

Questionamos então: como superar políticas públicas que historicamente se pautaram pela lógica de manutenção dos camponeses no meio rural, na ideia de “fixar o homem no campo”, em prol de políticas que criem condições para tal, afirmando as diferenças e sendo fator de construção de emancipação das famílias agricultoras, no sentido de que elas possam decidir os rumos de suas vidas? Como levar em consideração a disputa pela posse e manutenção na terra, elemento que é central nos conflitos do campo, sem desconsiderar as outras dimensões das famílias agricultoras e sem trabalhar na criticada lógica da “fixação” do homem no campo? Ou seja, colocamos em questão de que forma é possível garantir a emancipação humana quando se trabalha com o binômio resgate-preservação das identidades culturais?

Parece-nos uma contradição pensar a educação como emancipação ao mesmo tempo em que seu objetivo deva ser a priori a estabilidade das identidades, no sentido de educar para a vida e o trabalho no campo. Por isso, propomos pensar a emancipação não como resgate cultural, retorno a um ponto da história, volta a uma situação que parece ter sido ideal, isto é, a uma estabilidade idealizada que se perdeu no passado e que se quer restaurar no presente; mas, no lugar dessa ilusão (nunca houve uma situação de igualdade social, pois como os próprios documentos evidenciam o campo é caracterizado por um histórico de opressão e exploração dos/as camponeses/as pelos donos do capital), propomos pensar a emancipação como devir que instaura várias possibilidades, inclusive impensáveis, como releitura das tradições no qual a cultura seja o fio, porém o tecido vai ser desenhado de maneiras diferentes da pretensa originalidade, ou seja, a emancipação não como cópia de algo dado, mas como produção de subjetividades dentro de sua própria cultura.

Outro aspecto a ser destacado é a reivindicação de prioridade da atenção estatal à agricultura familiar que a Fetraf-Sul/CUT apregoa com base na sua importância para a economia brasileira, pois ela tem sido responsável pela maioria absoluta dos estabelecimentos rurais do país e contribuído significativamente para a dinamização das economias locais e para a garantia de grande parte da produção agrícola nacional. Ou seja, a defesa da entidade é de que a agricultura familiar deve receber a atenção do Estado, inclusive das políticas de educação, pela sua importante participação econômica no sistema capitalista tal como ele está estabelecido, visto que mesmo na agricultura familiar as iniciativas contra-hegemônicas ao capitalismo, como a economia popular e solidária, ainda são pouco representativas perante o montante da produção econômica do setor. Posto que a própria entidade utiliza o argumento da sua importância econômica a fim de ser reconhecida social e politicamente, percebe-se a dificuldade de, mesmo quando os coletivos se propõem à produção da singularidade,

conseguirem não operar a partir da lógica do capital e buscar sua afirmação fora do modo hegemônico de produção econômica. Como engendrar então a resistência de modo tão aderido ao sistema? Este modo aderido de operar não produzirá o efeito de, mesmo quando o projeto de desenvolvimento for alternativo, a educação se tornar mero meio para um fim econômico? Do nosso ponto de vista, a resposta tende a ser afirmativa.

Assim, consideramos que a compreensão que empreendemos das concepções de educação presentes nas políticas públicas de educação desta área poderá contribuir para que haja a superação de um discurso economicista e reducionista e para se caminhar na direção de uma perspectiva cultural e integral, colocando estas políticas como promotoras da igualdade e potencializadoras das diferenças, condição sem a qual os/as agricultores/as familiares não permanecerão no campo mesmo que haja grande investimento financeiro do Estado. Afinal, a situação atual da agricultura familiar requer a integração das políticas em territórios-rede, tal como compreendido por Haesbaert (2004), o que é imprescindível para oportunizar aos jovens, principalmente, que possam escolher viver no meio em que nasceram mesmo depois de terem concluído seus estudos (médio e superior), que em geral são realizados com eles morando fora de suas comunidades, já que o deslocamento diário das casas de suas famílias para os locais de estudo é impossível pela falta ou precariedade do transporte.

Dessa maneira, por meio de políticas articuladas que garantam renda, cidadania, dignidade e qualidade de vida, com destaque particular não apenas para a juventude, mas também para as mulheres, como aponta a Fetraf-Sul/CUT, estar-se-á enfrentando uma série de problemas da agricultura familiar apontados pela entidade: a sucessão das propriedades e o fenômeno do envelhecimento e da masculinização da população rural. Ou seja, a articulação interinstitucional e intersetorial e a abordagem territorial, de modo que contribuam efetivamente para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, entendido como multifuncional e pluriativo, é fundamental para que as políticas de educação do campo façam parte de um conjunto de medidas amplas e não sejam tratadas como uma medida isolada e redentora social, o que obviamente é ilusório e pouco efetivo à solução dos problemas apontados. Enfim, as políticas sociais, entre elas a educação, não serão totalmente efetivas se não houver uma política agrária que promova a distribuição da terra.

No mesmo sentido, convém resgatar a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), citada na introdução desta tese. Tal lei determina que esta política deve planejar e executar ações que compatibilizem as áreas de assistência técnica e extensão rural, habitação, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e

profissionalização, entre outras, o que entendemos, referenda a necessidade de políticas integradas para que se efetive o desenvolvimento do meio rural.

Com base no conceito de análise das implicações, conforme exposto nos procedimentos metodológicos (BAREMBLITT, 1998; ROCHA; AGUIAR, 2003, 2007; RODRIGUES; SOUZA, 1987; PAULON, 2005), não poderíamos deixar de colocar em análise nossa postura na elaboração desta tese. Foi um desafio não cair numa tese militante, visto que somos muito simpáticos à ideia do direito à educação dos/as agricultores/as familiares, com base no respeito às suas especificidades culturais e, por isso, a tendência era termos uma visão muito favorável e otimista com relação às reivindicações da Fetraf-Sul/CUT. Além disso, como compartilhamos da visão ideológica dos governos Lula e Dilma, do PT, a tendência seria a de considerar que as iniciativas no âmbito do Estado são acertadas, mesmo que insuficientes, porque seriam necessárias e importantes para a reversão das políticas equivocadas – como o projeto da “escola rural” e a ideia de “fixar o homem no campo” – e a superação do descaso histórico do poder público com a realidade de exclusão desses cidadãos e cidadãs.

A saída foi nem aderir e nem se opor à entidade e/ou ao governo, mas analisar, como é o papel da ciência, os possíveis efeitos produzidos pela reivindicação de políticas públicas de educação pela Fetraf-Sul/CUT e pela implementação delas pelo Estado. Também procuramos não cair em juízo de valor, promulgando o que seria o certo e o errado, numa lógica dicotômica e de produção de verdades absolutas, mas considerar as políticas oficiais de educação e os projetos da Fetraf-Sul/CUT como dispositivos, colocando-os em análise, buscando seu engendramento e os efeitos que produzem na vida das famílias agricultoras, como esperamos ter feito e demonstrado no decorrer deste texto.

Mesmo que por quase toda a trajetória desta pesquisa não tenhamos percebido, ela proporcionou o resgate da condição do pesquisador (que havia ficado distante na sua memória) de filho de família agricultora que saiu do campo para viver na cidade. Esta implicação de ser seu objeto de estudo fez, por exemplo, que o pesquisador se questionasse ao final desta escrita: qual teria sido o seu “destino” se sua família tivesse permanecido na “colônia”? Deleuze e Guattari (1997) contribuem com a ideia de que somos (eu e todos/as os/as agricultores/as familiares, podemos exemplificar) devir histórico, processo no qual, entre submissões, rebeldias e resistências, a subjetividade vai se constituindo, sendo possível a produção de singularidades. Esta maneira de pensar nos libera de pensarmos em termos de pontos de origem e de chegada, visto que:

Um ponto é sempre de origem. Mas uma linha de devir não tem nem começo nem fim, nem saída nem chegada [...]. Uma linha de devir só tem um meio. [...] Um devir está sempre no meio, só se pode pegá-lo no meio. Um devir não é um nem dois, nem relação de dois, mas entre-dois, fronteira ou linha de fuga, de queda, perpendicular aos dois. (p. 91).

Esta pesquisa talvez tenha cumprido o papel de inserir a Psicologia, ainda de modo seminal, na discussão das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, neste caso mais especificamente no campo da Educação. A ciência psicológica pouco ou nada tem discutido sobre a vida dos sujeitos do campo, o que revela, do nosso ponto de vista, uma concepção de subjetividade centrada nos modos urbanos de ser. A exclusão dos povos do campo como preocupação da Psicologia nos parece contraditória com a ideia do compromisso social que tem orientado esta ciência e profissão – ao menos em termos de visão de parcela da categoria profissional organizada em torno de entidades como o Sistema Conselhos de Psicologia, a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) – a considerar como fundamento de sua atuação, na academia e no exercício profissional, as necessidades sociais dos segmentos populacionais historicamente excluídos. Por outro lado, é justamente a visão do compromisso social da Psicologia que nos sensibilizou para olhar a realidade da agricultura familiar, investigando as políticas de educação, consideradas pelos movimentos sociais do campo como uma política social fundamental para a dinamização cultural e econômica das populações rurais.

Atribuimos o “mérito” desta pesquisa, se ela o tiver, aos movimentos sociais do campo, especialmente à Fetraf-Sul/CUT, que nos provocaram a olhar para os territórios rurais, tomando-os como singularidade a ser considerada pela Psicologia. Consideramos, pois, que essa sensibilidade é um efeito da interação, mesmo que incipiente, deste pesquisador com estes movimentos. Já no pleno exercício da pesquisa, outorgamos aos estudos e movimentos políticos da Educação do Campo a provocação de olharmos as famílias agricultoras como realidade peculiar a exigir atendimento específico pelas políticas públicas de educação e colocarmos também a ciência psicológica nesta discussão. Porém, encontramos limites (referimo-nos à maneira relativamente estática de compreensão das subjetividades dos/as agricultores/as familiares) na perspectiva materialista-histórica que sustenta os postulados da Educação do Campo – embora eles tenham nos auxiliado a contextualizar os estudos e movimentos em prol da “escola do campo” – e, por isso, recorreremos a ferramentais conceituais de diferentes áreas das ciências humanas, num exercício permeado de imbricações e possíveis fraturas, com a finalidade de produzir diferenças na reflexão acerca do nosso objeto de estudo. Valemo-nos assim da construção de espaços híbridos de saberes

complementares, tal como informam Pagano e Magalhães (2005): “O hibridismo cultural se manifesta, dentre outras formas, na produção textual cada vez mais híbrida, a qual se constitui como o espaço adequado para a pluralidade de sentidos.” (p. 23). Este hibridismo não pretende atacar ou opor-se à importante e relevante construção teórica da Educação do Campo, mas problematizar discursos hegemônicos a fim de potencializar alternativas várias para a realidade dos/as agricultores/as familiares, o que consideramos coerente, inclusive com a perspectiva da Educação Popular que fundamenta ou ao menos dialoga com as diversas propostas de educação para a “escola do campo”.

Foi nesta perspectiva que nos encontramos com os Estudos Culturais e a Esquizoanálise, que nos permitiram apontar para a possibilidade da produção de um terceiro, de um híbrido, estabelecendo uma linha de fuga à lógica binária (ficar ou sair do campo), que exclui o terceiro, a diferença. Este terceiro nas políticas públicas de educação voltadas aos/as agricultores/as familiares se caracteriza pela existência de possibilidades outras que não apenas a dualidade do modelo urbano ou do modelo rural de escola, uma escola não para a vida urbana ou para a vida no campo, mas para a vida no mundo, mantendo sua base na realidade local, como “educação territorializada” tal como indica Canário (2006), mas que amplia horizontes para o universal.

Tratam-se aqui de identidades culturais híbridas, de um hibridismo cultural “[...] em que as diferentes culturas constituem, através da migração e da sua condição de nomadismo, espaços transnacionais e transculturais de negociação.” (PAGANO; MAGALHÃES, 2005, p. 23). Nesse sentido, as políticas públicas, entre elas as de educação, precisam dar conta deste processo de hibridização cultural, que é em grande parte produzido pelos meios de comunicação e pela sociedade tecnologicizada. Tal hibridização afeta cada vez mais as famílias agricultoras, o que deve fazer com que as políticas públicas se ocupem de, em vez de apenas manter estas famílias no meio rural, favorecer o trânsito delas do campo para a cidade e da cidade para o campo, ou seja, possibilitar trajetórias singulares para cada família e para cada um/a de seus membros, que não são concretamente iguais entre si. Enfim, propomos ser agricultor/a familiar e ser do campo não como aprisionamento, mas como pertencimento.

No processo de lutas em prol de uma educação do campo, reconhecemos a importância histórica dos movimentos acadêmicos e políticos empreendidos por diferentes atores coletivos, mas talvez fosse produtivo que a “articulação nacional Por Uma Educação do Campo”, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) e a própria Fetraf-Sul/CUT se aproximassem, o que não pudemos perceber que ocorre nos estudos realizados e nos documentos analisados nesta

pesquisa. Além de ter sido nosso objetivo estudar apenas ou mais exatamente a interação da Fetraf-Sul/CUT e do Estado, também não foi possível constatar os motivos que levam à situação de que a atuação desta entidade seja, se não separada ao menos pouco evidente como próxima às demais entidades e instâncias (neste caso, da educação), mas nos chamou a atenção que intenção tão semelhante, a educação dos povos do campo, não seja motivo suficiente para uma atuação articulada das entidades.

No âmbito social, acreditamos que a Psicologia e os movimentos sociais do campo possam se aproximar para pensar as políticas públicas de educação, no sentido de construção de alianças estratégicas que contribuam com o pensamento e a atuação transformadores da realidade de exclusão social das famílias agricultoras, realidade esta que tem produzido sofrimento ético-político vivenciado por pais, mães, filhos, enfim, por coletivos familiares que muito mais do que poderem determinar seus projetos de vida têm se submetido à lógica do capital neoliberal e, muitas vezes, também a discursos sindicais e estatais, que mesmo que carregados de intenções inclusivas, podem produzir, entre outros, efeitos de alienação e subordinação, mesmo que este não seja o intento das propostas. Diante da constatação de que a participação da Psicologia na constituição de atores coletivos do campo é praticamente inexistente, há possibilidades de mudança desse cenário de distanciamento?

Em nossa experiência profissional percebemos que a relação das entidades representativas da Psicologia e a inserção dos/as profissionais psicólogos/as se dá, na maior parte das vezes, junto ao Estado e às organizações não-governamentais e é bem menos frequente que esta relação e inserção se deem próximas aos movimentos sociais. Dessa maneira, sem perceber a Psicologia referenda discursos que intentam afastar a sociedade destes movimentos, via especialmente a estratégia de criminalização dos mesmos que é veiculada por setores políticos conservadores, por parcela da Justiça que se pauta pela perspectiva liberal de direitos e pela mídia burguesa (“veja a Veja” como exemplo). Propomos, assim, que no cotidiano de trabalho das psicólogas e psicólogos atuem mais frequente e intensamente na interação com os movimentos sociais e que pesquisas da área se aproximem e elaborem planos conjuntos de investigação da realidade rural, tendo em vista que a dimensão do sofrimento humano produzido nos processos cotidianos de desvalorização, desconsideração e desqualificação da vida dos/as agricultores/as familiares impetrados pela sociedade e pelo Estado, pode ser trabalhado pelos cientistas e profissionais deste campo.

Nessa aproximação da Psicologia com os movimentos sociais, valemo-nos das considerações dos psicólogos sociais Prado e Costa (2011) que, com base na Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Laclau e Mouffe, apontam que “[...] a luta

entre projetos hegemônicos antagônicos é entendida como constitutiva da democracia. O conflito e o antagonismo, nessa perspectiva democrática, são compreendidos [...] como condição de se manter constantemente viva a democracia.” (p. 689). Portanto, entendemos que o papel da Psicologia não é a de resolver e nem de tamponar os conflitos que acontecem dentro dos movimentos sociais e entre eles e o Estado, mas de sustentar um campo de problematização que indague as práticas instituídas e potencialize processos instituintes de novas relações e subjetividades, por meio da “articulação” desta ciência e profissão com os sujeitos políticos dos movimentos sociais, no caso de nossa pesquisa, com os/as agricultores/as familiares. Afinal, de acordo ainda com estes psicólogos, nessa concepção de democracia, o conceito de articulação é relevante, “[...] pois é pela articulação entre diferentes sujeitos coletivos que interpelam sua condição de subordinação como uma condição de opressão e constituem um ‘nós’ [...] que se faz possível construir novos modos de objetivação da sociedade, uma nova positividade social.” (p. 689).

Em nossa pesquisa, isso pode ser feito na direção do que nos propõe Fairclough (2008), de que os analistas do discurso podem continuar a relação com os participantes da pesquisa após seu término, dialogando sobre as implicações dos resultados dela e participando de iniciativas que os coletivos realizem tendo em vista estes resultados. Por isso, acreditamos ser importante realizar outras pesquisas, estas de cunho participativo, para que possamos por em discussão junto à direção da Fetraf-Sul/CUT e aos/às agricultores/as familiares as reflexões desta pesquisa e pensar desdobramentos destas na realidade rural, ao menos no espaço onde vivemos, a região Oeste do estado de Santa Catarina. Esta continuidade dos estudos pode envolver também as IES que se articulam com o segmento da agricultura familiar e que estão sediadas em Chapecó, cidade onde também fica a sede da Fetraf-Sul/CUT, a saber: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Nesta pesquisa, constatamos que as políticas públicas de educação têm sido estudadas por diferentes áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas e da educação. Tais estudos enfocam aspectos pedagógicos, históricos, culturais, econômicos e/ou políticos, no entanto, não identificamos conhecimentos que considerem os processos cotidianos micropolíticos em sua relação com os processos macrosociais, na perspectiva da produção de subjetividades. Pelo fato de que a pesquisa documental apresenta o limite do pesquisador não estar com e não escutar os sujeitos que falam por meio dos documentos estudados, é importante a continuidade dos estudos, com os quais a Psicologia Social pode efetivamente contribuir, sobre os modos de ser singulares ao hegemonicamente estabelecido na vida

camponesa, investigando as relações cotidianas das famílias agricultoras, isto é, como elas se constituem, como são atravessadas e como singularizam em suas práticas culturais as políticas discutidas em nosso estudo. Novos estudos poderão, assim, contribuir para a construção de indicadores de avaliação das políticas públicas de educação e talvez de outras mais, que levem em consideração as singularidades dos diferentes membros destas famílias, as interações entre eles e a produção de subjetividades subjacente a estas relações.

No campo político, é evidente o crescimento das discussões de políticas públicas de educação para os povos do campo, das águas e das florestas, provas maiores disso são o documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 2010, que tratou amplamente o tema, transformando-se no documento que mais detalhou as ideias a serem implementadas por essa política; e o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que ora tramita no Senado Federal e terá vigência de 2011 a 2020, no qual a educação do campo aparece como uma das metas da educação deste decênio. Não se trata apenas de quantidade maior de propostas, o que dá certamente visibilidade a esta política, mas da amplitude e a complexidade que elas conseguiram alcançar. A questão que se coloca é a dúvida se serão providenciadas todas as condições para a implementação das mesmas, dada a histórica desvalorização da educação do campo na sociedade e na estrutura estatal, o que despotencializa a sua capacidade de atuar como promotora de justiça social, por meio da superação das desigualdades de acesso e de permanência dos sujeitos do campo, cujos índices de escolarização, como demonstramos, são muito inferiores aos das populações urbanas. Por isso, trazemos, por fim, a ideia de que é preciso aprofundar a discussão acerca da igualdade, como substrato da democracia e da construção do bem comum.

A construção do bem comum em uma sociedade tão desigual e injusta como a que vivemos no capitalismo é um desafio. Sabemos que entidades e movimentos sociais construíram o ideário de que as necessidades das famílias agricultoras no âmbito da educação devam ser consideradas questão social, tornando a educação do campo um “problema” que exige políticas públicas como propostas para se garantir o bem comum, cuja ideia básica tem a ver com a igualdade de direitos. Porém, para as políticas se efetivarem como tal, temos que considerar que, na história do capitalismo, a individualidade e a liberdade têm sido muito mais afirmadas do que a igualdade (GONÇALVES, 2010), o que resulta que as pessoas são livres, mas consideradas responsáveis elas mesmas pela busca da igualdade, que em síntese trata-se da conquista do seu bem-estar e não do bem comum. Estabelece-se assim a condição para o fomento de processos de culpabilização dos indivíduos pelo seu desempenho social,

ideologia com a qual a Psicologia compartilhou e colaborou cientificamente, como bem denunciou Patto (1990) na discussão da Psicologia Escolar.

Decorre desse raciocínio, que o salto qualitativo que nossa sociedade precisa dar é o alcance da igualdade entre as pessoas. Esta afirmação parece contraditória com o que viemos discutindo até aqui – no sentido de afirmação e potencialização das diferenças no lugar da homogeneização subjetiva que promove uma concepção universalizante de ser humano –, mas não o é, porque compartilhamos do pensamento de que o princípio da igualdade garante os direitos universais e a ideia das diferenças promove a expressão dos modos singulares como os direitos serão garantidos e exercidos. Dito isso, remontamos que, desde o advento da sociedade burguesa e de seu correlato modo de produção, o capitalista, tem prevalecido a discussão da igualdade de oportunidades em detrimento da igualdade de condições. Isso torna as políticas públicas antidemocráticas porque elas não garantem as condições igualitárias para o desenvolvimento humano de todos/as, com a devida consideração das especificidades e singularidades das pessoas e coletividades. Como dissemos, coloca-se na “conta” dos indivíduos a busca de melhorias a partir do que o Estado burguês denomina de igualdade de oportunidades, que se tornou um mito pelo fato dela não vir acompanhada de condições adequadas para se realizarem efetivamente.

Completa este arcabouço ideológico liberal de Estado, a ideia de que as desigualdades sociais não são inerentes ao modo de produção econômica, mas à distribuição dos bens na sociedade, que se dá de acordo com o desempenho individual no mercado de trabalho. Nesta concepção de ser humano e sociedade, a educação seria um dos principais fatores de distribuição dos bens, pois ela é a instituição responsável pela qualificação dos indivíduos para o mercado de trabalho, o que é muito presente na LDB, como demonstramos. Notemos aqui, que não se trata de distribuição de renda e sim de bens, isto é, de participação das pessoas no mercado de consumo, no exercício muito mais do ser consumidor/a do que ser cidadão/ã.

Nos governos de Lula e Dilma se têm obtido resultados econômicos e sociais muito importantes, inclusive com a saída de grande parcela populacional da miséria e da pobreza, mas ponderamos que não basta o acesso das pessoas aos bens. Claro que negar o significado que tem para elas o usufruto a itens básicos que lhes foram negados historicamente, como comida, moradia, eletrodomésticos, automóveis, lazer etc., é no mínimo falta de sensibilidade social, mas consideramos que oferecer a educação como um mero bem que permite o acesso a outros bens é mercantilizar o processo educativo e reduzir educadores/as e educandos/as à condição de consumidores/as. Ou seja, defendemos que a inclusão social não se dê apenas

pelo mercado, pelo tornar-se consumidor, mas por novas articulações na organização das vidas destas pessoas. Assim, no caso das famílias agricultoras, mais do que somente acessar bens, as políticas públicas devem proporcionar que elas se relacionem e se coloquem de outros modos na sociedade, com base em suas experiências culturais e na reinvenção delas.

Sobre a precariedade de uma noção de cidadania baseada no consumo, na participação do mercado de trabalho e de consumo, Deleuze (1992) nos põe a refletir:

No capitalismo só uma coisa é universal, o mercado. Não existe Estado universal, justamente porque existe um mercado universal cujas sedes são os Estados, as Bolsas. Ora, ele não é universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria. [...] Não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana. A vergonha é não termos nenhum meio seguro para preservar, e principalmente para alçar devires, inclusive em nós mesmos. (p. 213).

Dessa maneira, só é possível que os projetos de educação sejam inclusivos e promotores das diferenças se expandirem as liberdades dos/as agricultores/as familiares, no sentido dado por Sen (2000), de superação das desigualdades, afinal, a democracia sem igualdade não expande as “liberdades reais”. Ou seja, se Estado e Fetraf-Sul/CUT almejam a emancipação destas pessoas, isso só é possível pela expansão das liberdades, que exige transformações no âmbito das condições de vida destas pessoas. Entendemos que, no sistema capitalista, podem se dar práticas de resistência e criação, sendo estas compreendidas como práticas que ao mesmo tempo que resistem aos processos de serialização da subjetividade conseguem criar linhas de fuga ao que está estabelecido, tecendo alternativas ao que está proposto como a única possibilidade em termos de viver no meio rural, tanto aquelas apregoadas pelo governo quanto pela Fetraf-Sul/CUT.